



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORBÉLIA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 20 de novembro de 2013, por volta das 9h20min, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situada na avenida Vereador Picolli, nº 299, centro, em Cafelândia, teve início a Audiência Pública sob a presidência do Promotor Substituto da Comarca de Corbélia, Doutor Roberto Galvão Faleiros Junior, com a participação das pessoas indicadas na lista de presença em anexa. A mesa foi composta pelo presidente e pelas Assessoras de Promotor Suzel Fernanda Leghi Solera Beal e Camilla Ramos Schafer. O Promotor de Justiça deu início aos trabalhos, cumprimentando as autoridades e os munícipes presentes. Fazendo o uso da palavra, o Exmo. Sr. Prefeito de Cafelândia, Sr. Valdir de Andrade da Silva, também cumprimentou e agradeceu a presença daqueles munícipes. Após, o agente ministerial esclareceu que a Audiência Pública refere-se ao planejamento estratégico de atuação do Ministério Público em 2014, bem como ressaltou a importância de se elencar as prioridades de ação para o citado ano. Inicialmente, o Promotor Substituto fez uma sucinta explanação acerca das atribuições do Ministério Público como órgão autônomo e, a sua função, dentre outras, de defesa da sociedade, dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como do escopo de uma Audiência Pública e, após, dividiu o tempo nos seguintes grupos temáticos: i) saúde pública; ii) meio ambiente; iii) educação/infância e juventude; v) ação social/idoso; vi) segurança; e, vii) probidade administrativa. Foi estipulada forma de fazer o uso da palavra e, em seguida, foram concedidos cinco minutos para a discussão do tema do grupo e das ações a ser desenvolvidas. Vejamos:

A) Saúde Pública

O Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, Promotor Substituto na Promotoria de Justiça da Comarca de Corbélia, pede aos presentes que, informem, sugiram, reclamem e elenquem as dificuldades e necessidades da população de Cafelândia no que concerne ao tema de saúde pública. O Sr. Josimar Batista, munícipe de Cafelândia, fez o uso da palavra, dizendo sobre a dificuldade de obtenção de medicamento, bem como que o município está trabalhando com o sistema de agendamento de consultas no posto de saúde o que, a seu ver, está errado já que não é possível prever quando alguém ficará doente e mais, na urgência não é viável se esperar de uma semana a outra para atendimento médico. Com o uso da palavra, o Promotor Substituto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, fala sobre o poder discricionário da Administração pública em realizar o sistema de agendamento de consultas, porém, em caso de urgência deverá haver o sistema de plantão para atendimento ou no posto ou em hospital conveniado ao SUS e, prestador de serviço à municipalidade. A Sra. Terezinha Helmann, vereadora do município, elencou quatro pontos na saúde como problemáticos no município,

1
[Handwritten signatures]



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

sendo eles: 1º) agendamento de consultas; 2º) anseios quanto à instalação do Consamu, se vai ou não funcionar; 3º) necessidade de atendimento prioritário do idoso, impossibilidade de agendamento de consulta aos mesmos; 4º) grande espera de pacientes para a realização de cirurgias eletivas. Também neste sentido, a Sra. Roseli, moradora do município, ressaltou acerca da dificuldade e falta de atendimento no hospital àqueles que necessitam. A Sra. Nair Santos, solicitou a palavra e pontuou que teve igualmente problemas junto ao hospital por falta de atendimento, no que resultou o óbito do seu neto. O Promotor Substituto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, no que concerne ao caso da criança, orientou a família a procurar a Polícia Civil para lavratura de Boletim de Ocorrência por omissão de socorro. Quanto à reclamação do atendimento/agendamento de consultas, disse que isso seria verificado pelo Ministério Público até para se aferir se está havendo grandes prejuízos a população. A Sra. Eliane Cristina da Silva Pinho, secretária municipal da saúde de Cafelândia, pede a palavra e, explanou as dificuldades por ela encontradas enquanto gestora da saúde. Disse que atualmente, a principal demanda em especialidades é ortopedia; no que tange a saúde mental, o problema está na remessa de pacientes para internamentos psiquiátricos, via Central de Regulação de Leitos, além da demora, os medicamentos são de alto custo e, boa parte deles custeados pelo município. Quanto aos Auto de Internação Hospitalar (AIH), explicou que são distribuídos em diversas especialidades (ortopedia, psiquiatria e outros) e em vários hospitais (Hospital Nossa Senhora da Consolata, Hospital Dr. Aurélio, Hospital Santa Simone...), porém, ainda são poucos e não atende as necessidades da população. O Sr. Genésio, repórter na cidade, indaga sobre a instalação do SAMU no município. A secretária municipal da saúde de Cafelândia, Sra. Eliane elucida que o Consamu (Consórcio Intermunicipal SAMU) será instalado em Nova Aurora e, atenderá de forma eficaz, os anseios da sociedade. Disse também que o primeiro atendimento será realizado no município e, se for o caso, será chamado o SAMU para situações de urgência/emergência. Relatou também, que o Consórcio contará com duas ambulâncias, uma de suporte básico e outra, avançado.

B) Meio Ambiente

Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, Promotor Substituto, dando continuidade aos trabalhos, dialoga com os presentes, pedindo qual a situação ambiental do município, problemas com Dengue (surto ou não), se o esgoto está instalado, se há loteamentos irregulares, qual o atual estado do aterro sanitário e se, como nas outras cidades, há notícias de excesso de cachorros transitando pela cidade. Se posicionando sobre o tema, a vereadora Terezinha expôs problemas quanto a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) da Sanepar em Cafelândia. Relatou que o esgoto é irregular, bem como o mau cheiro é insuportável. Sobre a questão do esgoto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior esclarece a população, as medidas que o Ministério Público está adotando. Disse que foi instaurado um Inquérito Civil para apurar a situação e, pelo que sabe, o órgão ambiental lavrou Auto de Infração contra a Sanepar. O

R. Galvão
A. Genésio



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

município Valdir, fazendo o uso da palavra, diz que o mau cheiro também vem do canil existente na cidade, e que diversos cachorros são abandonados, bem como que também vem da Copacol, cooperativa de frango instalada na cidade. O Promotor Substituto, Dr. Roberto ressaltou que o abandono de cachorro pode caracterizar crime ambiental e, passível de responsabilização daquele que praticar tal ato. Outrossim, advertiu que a população vendo essa prática pode ligar, via 190, ao Sargento Edval, da Polícia Militar para a adoção das medidas penais cabíveis. Na sequência foi dada a palavra para o Sr. Rogério, engenheiro agrônomo da prefeitura de Cafelândia, momento em que esclareceu que o município semanalmente, através de agendamento, vem realizando a castração de animais, visando à diminuição da população de cachorros. Aventou do mesmo modo, a dificuldade de obtenção do licenciamento ambiental do aterro sanitário do município, já que naquela localidade está instalada clandestinamente uma hípica, o que impede, dentro das exigências do IAP, a liberação de licença. O Procurador Jurídico do Município de Cafelândia, a título de esclarecimento, falou da exígua vida útil do aterro sanitário, das dificuldades de obtenção de licença ambiental junto ao órgão competente e, no que concerne ao furto de energia pela hípica naquela localidade, recentemente técnicos da Copel retiraram o relógio de luz de lá. O Promotor Substituto explica a todos os presentes que, sobre a situação do aterro sanitário, procedeu à abertura de Procedimento Preparatório visando apurar o caso e, que expediu ofícios para o Município de Cafelândia, Copel e para o Instituto Ambiental do Paraná/Escritório Regional em Cascavel. Sobre o tema meio ambiente, a Sra. Maria Ilza, que compõe a associação de catadores em Cafelândia, pede o uso da palavra e, na qualidade de interessada, expõe que na remessa de material ao local de separação, está havendo mistura de material (lixo molhado) com o reciclável e, por diversas vezes, trabalham em condições inapropriadas. O Promotor Substituto disse sobre a reivindicação de Maria Ilza, que o Ministério Público instaurou Procedimento e que tem um Termo de Ajustamento de Conduta em que, em prazo ajustado, o Município deverá regularizar a situação de coleta seletiva e destinação de materiais recicláveis. Terezinha, vereadora da localidade, ressaltou que deve ser feita pela população, a correta separação do lixo reciclável e do comum. De igual forma, o Sr. Rogério, engenheiro agrônomo do município, explica que a separação do lixo é questão de educação ambiental. Acerca do assunto, explanou o Promotor Substituto, Dr. Roberto, que a separação correta de resíduos sólidos é questão de conscientização da população e, que isso ocorrerá através de campanhas e em longo prazo. Pedindo a palavra, a Sra. Regiane Luciane, diz que trabalha junto à associação de catadores de reciclável e pede ao município, melhores condições de trabalho para elas. Sobre o apontamento da Sra. Regiane, Dr. Roberto expõe que regularizada a situação da associação, caberá ao prefeito, nos termos do TAC, viabilizar a coleta seletiva e reciclagem no município. O Sr. Robson, servidor da prefeitura e, que atualmente trabalha em parceria com a associação, esclarece que atualmente são recolhidas cerca de quarenta toneladas de material reciclável no município de Cafelândia. Disse também, que a prefeitura regularizou a situação documental da associação, bem como vem tentando acertar outros



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

pontos para cumprimento do TAC e devida destinação dos resíduos sólidos, em especial, recicláveis. Ressaltou por fim, que o município tem feita a conscientização das crianças com campanhas nas escolas de Cafelândia. Sobre o assunto, Dr. Roberto, Promotor Substituto, destaca a importância de regularização da associação para o município, principalmente no que tange a destinação adequada e sustentável aos recicláveis recolhidos. Com a palavra, Cícera, presidente da associação de catadores de material reciclável, disse que a prefeitura vem ajudando, porém, que também estão correndo atrás. A munícipe Judith, sobre o meio ambiente, pede informações ao Promotor sobre qual a atuação do Ministério Público no combate ao uso descontrolado de agrotóxicos. Em resposta ao questionamento da Sra. Judith, Dr. Roberto explica que, conforme dados da OMS, cerca de 60% dos alimentos que consumimos estão com índices de contaminação de agrotóxicos superior ao indicado. Informou que o combate ao uso irresponsável de agrotóxicos por agricultores é meta de planejamento para 2014 e, em conjunto com os órgãos ambientais de fiscalização, atuará para tentar minimizar a situação. Nesta oportunidade, o Promotor pede a Secretaria de Meio Ambiente para que remeta, no prazo de trinta dias, documentalmente, levantamento de imóveis rurais que foram atingidos/contaminados com a disposição inadequada de agrotóxicos, bem como o nome de quem procedeu à aplicação do veneno. O repórter Genésio expõe a necessidade de se aumentar os abastecedores de água para agrotóxico aos agricultores. Nessa oportunidade, o Promotor Substituto esclarece que o pedido de Genésio é incongruente com as questões de preservação do meio ambiente ali debatidas. Nesse sentido, o Sr. Arnaldo, secretário municipal de obras, indaga ao Promotor sobre quais são as punições aplicáveis aos agricultores. Em resposta a pergunta do Sr. Arnaldo, Dr. Roberto explica as sanções aplicáveis ao infrator ambiental, sendo ela administrativa (multa pelo órgão ambiental), penal (responsabilização perante o Juizado Especial Criminal e/ou na Vara Criminal, dependendo a pena do crime) e civil (ação civil pública, em alguns casos). Pugnou pela remessa dos órgãos, de material a fim de responsabilizar o violador das normas ambientais.

C) Educação, Infância e Juventude

O Promotor Substituto, em continuidade a audiência pública, pede aos presentes, a respeito da educação no município, relata que indicadores sociais disponibilizados pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional (SUBPLAN), Cafelândia está com índice de reprovação abaixo do nível do Estado, quanto a vaga em creches, esta é deficitária. Nesse momento, a vereadora Terezinha expõe que a falta de vagas em creches no município é uma realidade e que seria de grande valia, a instalação de educação em tempo integral. Sobre o tema educação, a conselheira tutelar do município, Sra. Silvana, fala sobre a dificuldade de obtenção de vagas em creches em razão da grande rotatividade de pessoas no município (funcionários da Copacol), bem como também de que é um problema corrente o envolvimento demasiado de adolescentes com drogas e



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

consequentemente violência. O Promotor Substituto fala acerca da importância da implantação de um Conselho Municipal de Educação em Cafelândia e, que segundo os dados compilados pela SUBPLAN, o município não conta com um. Sobre a temática, a Sra. Terezinha Leal, secretária municipal da educação, aduz que em Cafelândia não há Conselho pelo motivo de estar vinculado ao Núcleo Regional de Educação, em Cascavel. Na sequência ressaltou que o déficit de vagas em creches ocorre em razão do alto fluxo de população flutuante na cidade, mas que em breve, a municipalidade entregará a população de Cafelândia, uma nova creche, a qual será auxiliada financeiramente pela Copacol. Por derradeiro, destacou que este problema está sendo solucionado e que na pré-escola não há falta de vagas.

D) Ação Social e Idoso

Fazendo o uso da palavra, Dr. Roberto pede aos presentes, que falem acerca da assistência social, quais são os problemas e medidas que o município vem adotando para reverter a situação. Nessa oportunidade, a Sra. Maiara, assistente social de Cafelândia, informa que a Secretaria de Ação Social já está fazendo um trabalho com as famílias de drogaditos; porém, o trabalho é contínuo e na maioria das vezes, os familiares são omissos e não colaboram.

E) Segurança Pública

No que tange à segurança pública, o Sargento Edval Batista, comandante do Destacamento de Polícia Militar de Cafelândia, asseverou que o problema maior no município é a venda e consumo de drogas, mas que em conjunto com o Ministério Público, tentará fazer algumas operações visando reprimir tal prática. Quanto à criminalidade, esta vem sendo controlada permanentemente pela Polícia. Outra situação destacada é o grande número de "motos cabritas" comprado no município, prática que vem sendo gradativamente coibida pelos policiais. Por fim, o predito orador preconiza a importância de ativação do Conselho Municipal Anti Drogas.

F) Proibição Administrativa

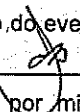
O Promotor Substituto pede, acerca da proibição, se há alguma irregularidade aparente e que, em caso positivo, que alguém se posicionasse.

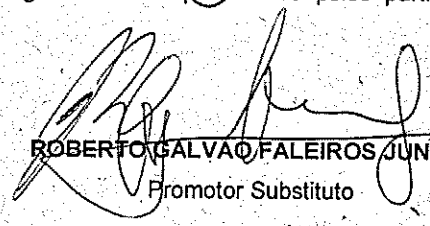
O Prefeito de Cafelândia, Sr. Valdir Andrade da Silva, disse que o portal da transparência está sendo alimentado conforme teor da Recomendação Administrativa. O Promotor Substituto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, fez as últimas considerações, esclarecendo que em conjunto com a Promotora de Justiça titular, Dra. Cláudia Tonetti Biazús, se reunirão para definir as ações que serão implementadas para solucionar e/ou pelo menos mitigar os impasses apontados pelos presentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Por derradeiro, o Promotor Substituto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, se colocou a disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas e problemas, agradeceu a presença de todos, bem como das integrantes da equipe da Promotoria de Justiça de Corbélia, pela inestimável colaboração na organização do evento. A audiência encerrou-se às 11h36min. Eu, Suzel Fernanda Léghi Solera Beal , assessora de promotor (DAS-5), lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados (lista de presença em anexo).


ROBERTO GALVAO FALEIROS JUNIOR

Promotor Substituto

CAMILA RAMOS SCHAFFER

Assessora de Promotor


CLAUDIA REGINA JUNG GEISS

Oficial de Promotoria